



**LESSA**  
Morte de ex-reitor  
comove comunidade  
acadêmica.  
Carlos Lessa era  
adorado pelos  
alunos, respeitado  
pelos colegas e  
apaixonado pelo Rio  
**Página 9**

## CONSELHOS E GTS DEBATEM VOLTA ÀS AULAS

Páginas 4 e 5

# O PEQUENO DITADOR

Ministro da Educação queria intervir nas universidades e ressuscitar modelo de reitores biônicos do tempo da ditadura. Mobilização nacional derrubou medida provisória. Página 3

ARTE: HIPPERTT E CLARA ALCANTARA SOBRE FOTO DO FILME 'O GRANDE DITADOR'

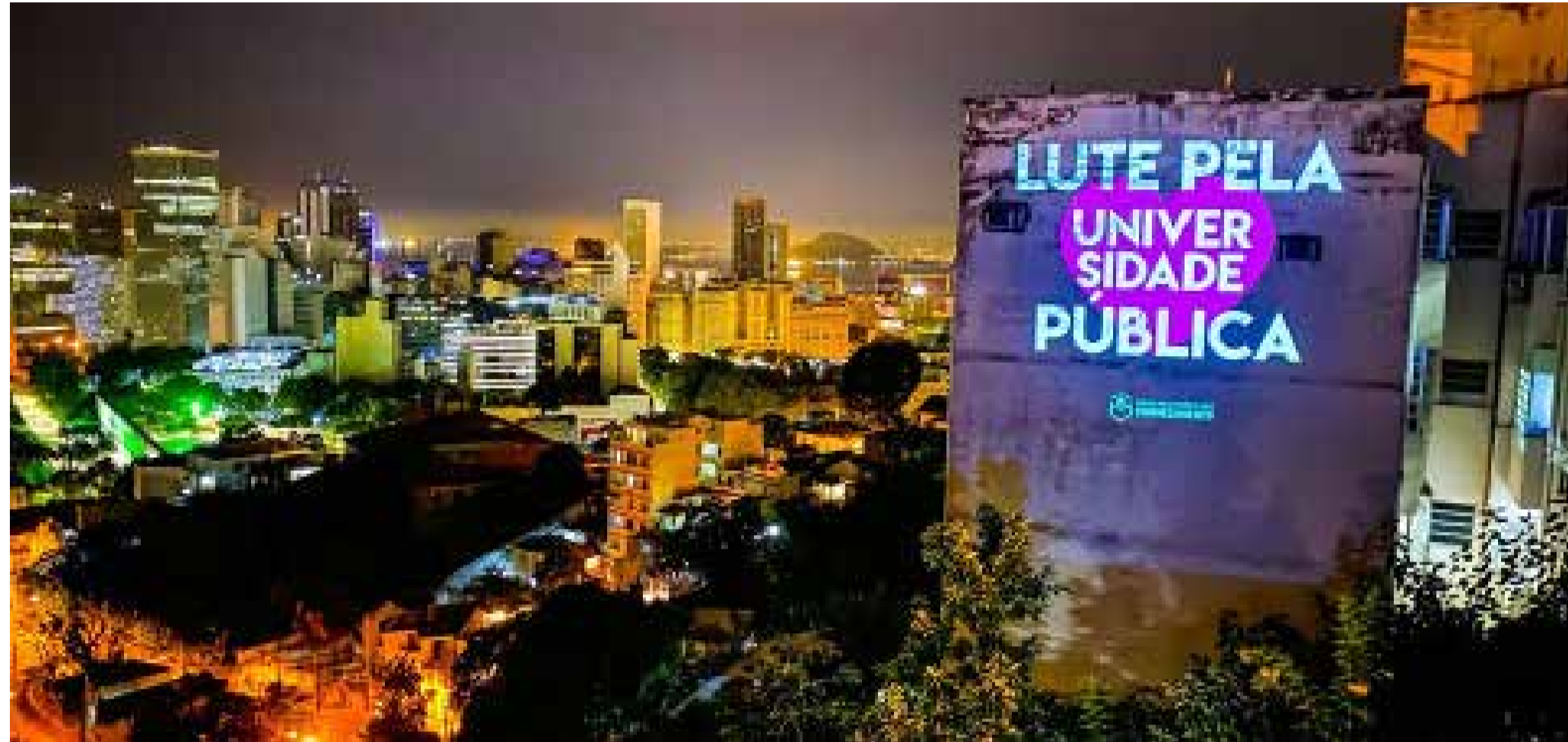


### Nota da diretoria da AdUFRJ

Esse é o nosso governo: o pior ministro da história deveria estar respondendo legalmente por suas incontinências verbais e suas incompetências administrativas. Ao invés disso, ele ganha de presente uma MP que lhe dá o direito inconstitucional de intervir nas universidades públicas que teriam eleição nos próximos meses. O resultado é esse: todas as entidades nacionais representativas dos estudantes, técnicos e docentes das universidades rejeitam em uníssono essa excrescência autoritária. Em defesa do princípio constitucional da autonomia, em defesa da democracia, em defesa da vida!

**#devolveMP979!**

## EDITORIAL



## COMO VOLTAREMOS ÀS AULAS?

## DIRETORIA

É is a questão. Notem, desde logo, que a pergunta não é “se” voltaremos às aulas. Já passamos desse ponto. A pandemia pode estender o regime de distanciamento social por meses a fio, talvez anos, e é simplesmente inconcebível que uma universidade digna do nome simplesmente opte por se abster de suas atividades didáticas. O que não quer dizer, de maneira alguma, que o caminho não esteja repleto de enormes percalços e desafios. Verdade seja dita, diversas universidades mal interromperam suas aulas. Majoritariamente concentradas no setor privado e de qualidade duvidosa, tais instituições agiram pressionadas pela dependência de mensalidades e acabaram fazendo uma transição atabalhoada para o chamado ensino remoto. Algumas universidades públicas também reiniciaram as aulas remotamente em um curto período (destaque para as universidades estaduais paulistas), num afã que dividiu as opiniões. Há, no entanto, um conjunto substancial de universidades federais que estão com suas atividades didáticas quase inteiramente interrompidas desde a terceira semana de março. Isso não quer dizer que tais instituições estejam paradas, mas que houve uma clara decisão – tácita ou explícita – de restringir suas atividades à pesquisa e ao serviço à comunidade, principalmente aquelas que contam com hospitais.

Tão louvável o quanto isso seja, é preciso atentar para o “fator

“Nós, funcionários públicos universitários, temos o dever de viabilizar a educação superior aos nossos alunos, presentes e futuros. Se o ensino presencial tradicional está impraticável, cabe a nós encontrar as melhores alternativas possíveis.”

tempo”. Já se passaram 3 meses desde o início do isolamento, e o tripé fundamental da universidade brasileira – ensino, pesquisa e extensão – está mancando. Nós, funcionários públicos universitários, temos o dever de viabilizar a educação superior aos nossos alunos, presentes e futuros. Se o ensino presencial tradicional está impraticável, cabe a nós encontrar as melhores alternativas possíveis. Se existe precariedade no acesso à internet por parte dos discentes, cabe à comunidade universitária se organizar para que carências sejam mitigadas e requisitos de acesso sejam minimizados. Se existe dificuldade dos docentes com plataformas de ensino remoto, cabe a nós nos ajudarmos mutuamente, e dividirmos o fardo de maneira racional uns com os outros. Se, como é o caso da UFRJ, os cursos são infinitamente diferentes entre si e apresentam dezenas de desafios a uma mudança de paradigma, temos que flexibilizar currículos, grades horárias e provavelmente as próprias estruturas físicas da universidade (para cursos que, por exemplo, tenham um componente presencial absolutamente imprescindível).

Seria maravilhoso que uma vacina surgisse amanhã, e pudéssemos retornar a um certo limiar de “normalidade”. Mas isso não vai acontecer. Da mesma forma, muitos dos problemas associados ao ensino remoto, ou mesmo ao ensino híbrido, não se resolverão magicamente antes que possamos implementá-los. É claro que tudo que fizermos deve ser com solidariedade, com generosidade, com todos juntos. Mas deve ser feito.

## NÃO VAMOS ESQUECER. UMA VIDA VALE TODAS AS VIDAS

Com pesar, o Hospital Clementino Fraga Filho se despediu do servidor Carlos Roberto de Moraes, o Seu Pompeia. Aos 75 anos, dos quais 53 dedicados à UFRJ, ele era considerado o “anjo do HU”. “Se você fosse ao hospital e encontrasse com ele no corredor, sempre perguntava se precisava de uma ajuda. Era o anjo do HUCFF. E os anjos também morrem”, publicou o professor Hélio de Mattos em uma rede social.



RENAN SILVA/SINTUFRJ

CARLOS ROBERTO DE MORAES 'SEU POMPEIA'

## Mobilização derruba MP dos reitores biônicos

> Articulação nacional da comunidade acadêmica, sindicatos, sociedade científica e parlamentares derrubou Medida que permitia ao governo nomear reitores interventores

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

A iniciativa do governo de ressuscitar os reitores biônicos de tempos autoritários encontrou forte resistência entre os parlamentares e a sociedade civil. Articulações políticas e ações judiciais entraram em cena e conseguiram barrar os efeitos da Medida Provisória nº 979, enviada ao Congresso no dia 10. Dois dias depois, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, devolveu a matéria ao Palácio do Planalto.

“Cabe a mim, como Presidente do Congresso Nacional, não deixar tramitar proposições que violem a Constituição Federal”, anunciou Alcolumbre em seu perfil no Twitter. O senador justificou a devolução por entender que a MP agride os princípios constitucionais da autonomia e da gestão democrática das universidades. “O Parlamento permanece vigilante na defesa das instituições e no avanço da ciência”. Desde 1988, só três MPs foram devolvidas pelo Congresso. Derrotado, Bolsonaro revogou a Medida Provisória.

Pelo texto da MP, caberia ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, designar os reitores e vice-reitores pro tempore nas instituições em que o mandato dos atuais dirigentes fosse encerrado durante a pandemia. Os “biônicos” ficariam nos cargos até a nomeação de novos nomes



AGÊNCIA BRASIL

WEINTRAUB: xerife da tropa de choque de Bolsonaro, o ministro sofreu a terceira derrota consecutiva

eleitos pela comunidade, mas somente depois da crise de saúde pública.

A Medida Provisória atingiria a autonomia de universidades, institutos e colégios federais — como o Pedro II —, de diversas regiões do país. Entre elas, a do Pará (UFPA), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade de Brasília, liderada pela professora Marcia Abrahão Moura, opositora firme do governo Bolsonaro e diversas vezes vítima de ataques do ministro Weintraub.

“Parabenizo a correta e necessária decisão do presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, de devolver a MP 979. Assim, está preservada

a autonomia universitária, princípio constitucional que garante um ambiente acadêmico mais democrático”, escreveu a reitora da UnB, candidata à reeleição no pleito que tradicionalmente ocorre em agosto. “A Universidade de Brasília segue firme na defesa da excelência acadêmica, com uma gestão administrativa independente e participativa. Nossa comunidade confia e aposta nessa postura”.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e uma série de entidades

sindicais e estudantis, entre outras, também se pronunciaram contra a medida. A AdUFRJ divulgou nota sobre o tema, cobrando a devolução do texto ao governo.

Durante uma live organizada pela direção do IFCS no dia 10, o presidente da Andifes, João Salles, classificou a MP do governo como um “absurdo dos absurdos”. “A universidade incomoda pelo fato de ter essa autonomia, esse exercício de reflexão”, disse. “Essa vontade de diminuir o espírito universitário já existia. É usar a pandemia para atingir a democracia”, completou.

A indignação não foi menor

entre os parlamentares. Pouco após a divulgação da Medida Provisória, as frentes em defesa das universidades e institutos federais se reuniram para articular ações e barrar a MP, como impedir a acolhida do documento pelo Congresso ou rejeitar o texto na próxima semana. O encontro contou com a participação do Observatório do Conhecimento, representado pelo professor Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ.

“As entidades da Educação se articularam rapidamente e souberam explorar que Weintraub é detestado pelo Congresso e pelo STF”, contou Josué, lembrando que a decisão do presidente do Senado representou a terceira derrota seguida de Weintraub em menos de 20 dias: o adiamento do Enem, a queda da primeira MP (914) que tentou mudar a eleição de reitores e, agora, a devolução da MP 979. Ao mesmo tempo, avalia Josué, a situação deu mais uma amostra de como o ministro é precioso para Bolsonaro. “Quando parecia mais fraco, ele vem com esta MP que é uma afronta ao Congresso”.

Ex-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora e deputada federal pelo PT-MG, Margarida Salomão participou da reunião das frentes e acusou a incoerência do governo: “Weintraub tentou impor o Enem e tenta impor a continuidade das aulas na pandemia, mas as universidades não podem escolher reitores durante a pandemia”, afirmou. Ela comemorou a medida do presidente do Senado: “Vitória da Educação”

## REITORES COM TÉRMINO DE MANDATO EM 2020

1.	2º mandato	05/04/2020	Juliani Tolentino de Lima Reitor eleito: Telio nobre leite	*Processo suspenso na Justiça. Reitor pro tempore	UNIVASF
2.	1º mandato	05/04/2020	Marcus Vinicius David	*Reitor novo nomeado	UFJF
3.	2º mandato	03/05/2020	José Roberto Soares Scolforo	*Reitor novo nomeado	UFLA
4.	1º mandato	08/05/2020	Sérgio Augusto Araújo da Gama	*Reitor novo nomeado	UFSJ
5.	2º mandato	10/05/2020	Maria José de Sena	*Reitor novo nomeado	UFRPE
6.	2º mandato	05/09/2020	José de Arimatea de Matos		UFERSA
7.	2º mandato	12/09/2020	Francisco Roberto Brandão Ferreira		IFMA
8.	1º mandato	27/09/2020	Rui Vicente Oppermann		UFRGS
9.	1º mandato	05/10/2020	Maurílio de Abreu Monteiro		UNIFESSPA
10.	1º mandato	05/10/2020	Luiz Alberto Pilatti		UTFPR
11.	1º mandato	05/10/2020	Emmanuel Zagury Tourinho		UFPA
12.	1º mandato	13/10/2020	Myrian Thereza de Moura Serra		UFMT
13.	1º mandato	03/11/2020	Marcelo Augusto Santos Turine		UFMS
14.	2º mandato	08/11/2020	José Arimateia Dantas Lopes		UFPI
15.	1º mandato	08/11/2020	Wanda Aparecida Machado Hoffmann		UFSCar
16.	2º mandato	16/11/2020	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz		UFPB
17.	1º mandato	23/11/2020	Ari Miguel Teixeira Ott		UNIR
18.	1º mandato	23/11/2020	Marcia Abrahão Moura		UnB
19.	2º mandato	23/11/2020	Ángelo Roberto Antonioli		UFS
20.	2º mandato	18/12/2020	Dagoberto Alves de Almeida		UNIFEI
21.	1º mandato	18/12/2020	Ricardo Marcelo Fonseca		UFPR
22.	1º mandato	26/12/2020	Valder Steffen Júnior		UFU

## NOTA DE REPÚDIO DAS ENTIDADES DA EDUCAÇÃO A MP 979/2020 QUE TRATA DA INDICAÇÃO DE REITORES PRO-TEMPORES

O governo federal edita uma medida provisória que trata da escolha de reitores e reitorias das Universidades, Institutos Federais e CEET. A MP determina que “há o processo de consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, ou a formação de lista tripartite para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19”.

Com essa MP, o governo, através do Ministério da Educação, explicitamente faz uma opção pela intervenção federal nas instituições de ensino, afrontando a já combatida democracia em nosso país e afrontando o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que assegura as instituições públicas a autonomia. Como medidas anteriores, essa é mais uma medida monocritica, sem diálogo com as instituições de ensino, entidades representativas dos segmentos da comunidade acadêmica e que explicita o caráter autoritário da ditadura militar. As alternativas para a escolha de reitores, nesse momento de pandemia, deve ser definida pela comunidade acadêmica em suas instâncias deliberativas internas às instituições de ensino.

Nós, entidades da Educação, legitimamente constituídas para representar professores, técnicos administrativos e estudantes, repudiamos tal ação e faremos todo o possível jurídica e politicamente para que a MP seja imediatamente suspensa e declarada inconstitucional.

Não os autoritarismos!  
Em defesa da democracia nas instituições públicas de ensino!  
Em defesa da autonomia universitária!

#devolveMP979

ANDES-SN | ANPG | FASUBRA-Federação | FENET  
PROFES | SINASEFE | UBES | UNE

# GT estuda modelos nacionais e internacionais

LUCAS ABREU  
lucas@adufrrj.org.br

O novo coronavírus impôs uma transformação no mundo, e a universidade assumiu o seu papel como centro de excelência para ajudar a construir essa nova realidade. Há duas semanas, a UFRJ criou um grupo de trabalho para definir e organizar o modelo de funcionamento da universidade nos próximos meses. Chamado de GT Pós-pandemia, o grupo vai pensar em todas as adequações necessárias para a UFRJ voltar às atividades presenciais, a partir de experiências de outras universidades ou criando soluções, mas, principalmente, com base no que diz a ciência.

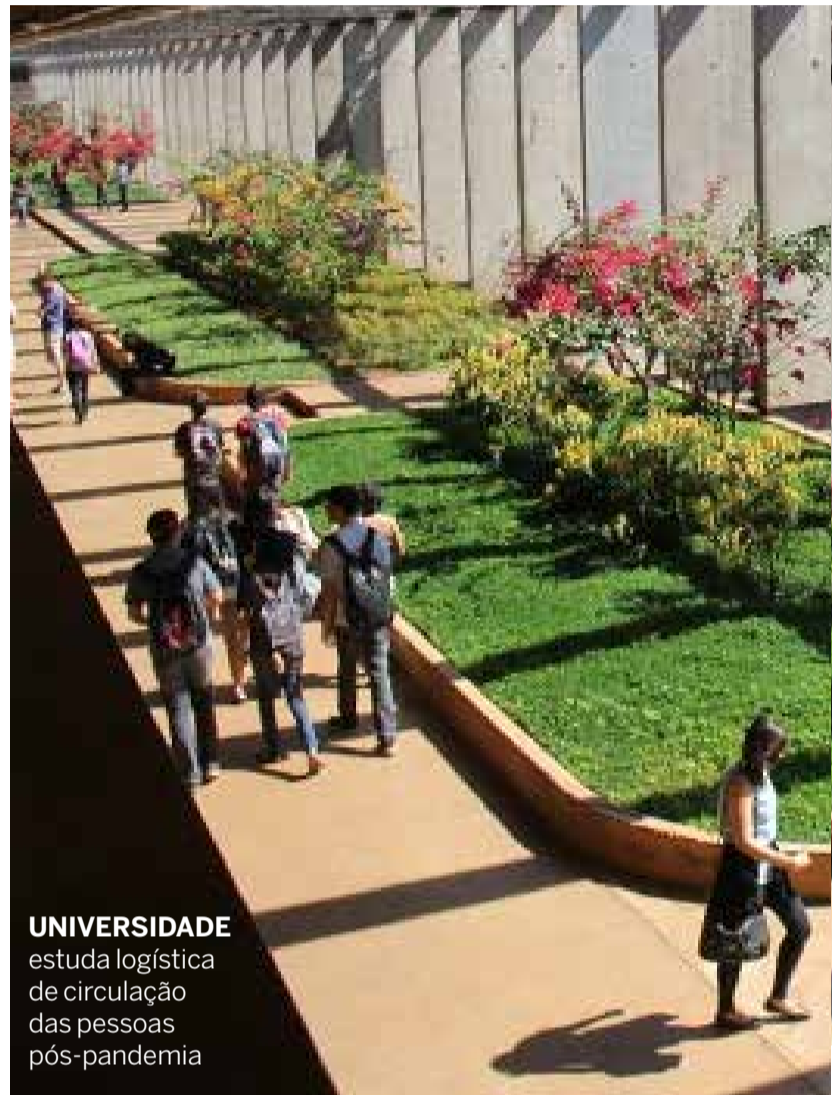
Formado por representantes das unidades e das pró-reitorias, o GT não foi criado para ser uma instância de decisão que esteja acima dos conselhos da universidade. Seu papel é municiar os colegiados e facilitar as suas decisões. Ele é um desdobramento do GT Coronavírus, criado no começo do ano. “Ao passo que o GT Coronavírus tem o foco nas questões de acompanhamento e combate à disseminação da doença, o GT Pós-pandemia trabalha com estes dados para planejar as etapas de retorno”, explica o pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp, coordenador do GT Pós-Pandemia.

“A universidade tem o Consuni, o CEG, o CEPG, CSCE, conselhos superiores responsáveis pelas grandes decisões. A ideia é que o GT forneça informações e prepare a universidade para quando chegar a hora do retorno”, explicou Raupp. “Mesmo sem o retorno definido sabemos que vamos precisar de EPI, termômetros, pensar logísticas de entrada e saída, configuração de salas de aula, laboratórios,

refeitórios e serviços para a comunidade universitária”, completou Raupp, que ainda deixou claro que o papel do GT não é de decidir quando, mas como será a volta. “O GT deve provocar discussões para decidir quando é o momento de voltar, e precisa ter a clareza de quais níveis de segurança precisaremos e que tipo de gasto vamos ter que fazer para garantir um retorno seguro, que certamente será gradual.”

A importância do GT Pós-pandemia foi descrita pelo professor da Faculdade de Medicina Roberto Medronho, coordenador do GT Coronavírus. “A epidemia ainda está ascendente, e por pressões políticas e econômicas municípios e estado estão abrindo. Esta abertura pode trazer não uma segunda onda, mas um repique no número de casos”, explicou o infectologista, durante uma reunião do GT que aconteceu no último dia 5. “Esse cenário me causa uma preocupação muito grande, porque essa reabertura pode aumentar a pressão política para voltarmos às atividades. Temos que nos preparar com argumentos científicos, mas exercer nossa autonomia”, enfatizou Medronho.

A preocupação com os custos dessas adaptações também faz parte das preocupações do GT. “A pandemia nos pegou em um momento orçamentário muito complicado. Nem tudo que é necessário vai ser viável de ser executado, vamos precisar do apoio de políticas públicas”, explicou o coordenador. O orçamento da UFRJ para despesas discricionárias de 2020 é menor que o de 2019 em 0,78%, o equivalente a R\$ 2,9 milhões. Como pró-reitor de Finanças, Raupp entende que uma das atribuições do GT vai ser também de buscar fundos para as ações necessárias previstas pelo grupo. “Vamos fazer essa conexão com poder público e com sociedade para tentar trazer



UNIVERSIDADE estuda logística de circulação das pessoas pós-pandemia

os recursos que vamos precisar para a universidade.”

A professora Christine Ruta, diretora da AdUFRJ e docente do Instituto de Biologia, é uma das integrantes do grupo. “É importante o sindicato estar aqui para observar as propostas que estão sendo decididas, se elas abraçam todo o corpo dos docentes e respeitam a segurança e os direitos dos professores. Mas acredito que a universidade já está tentando fazer isso”, explicou Christine.

Para a docente, a AdUFRJ pode ainda agregar ao grupo de trabalho. “Outra contribuição que podemos dar é, aproveitando a conexão com outras ADs através do Observatório do Conhecimento, ter um termômetro e saber quais propostas estão surgindo em outras universida-

des”.

## ESTUDO COMPARATIVO

Para criar essa enorme base de dados de informação, a Superintendência de Planejamento Institucional (SPI), fez um trabalho de pesquisa de práticas que já estão sendo feitas e outras universidades brasileiras e estrangeiras. A professora da FACC Fátima Bruno, chefe da SPI, coordenou o trabalho de pesquisa. Para referência entre universidades estrangeiras foram escolhidas as instituições mais bem colocadas no ranking da *Times Higher Education* em dez países que estão em uma fase mais avançada da pandemia, como Inglaterra, China, França e Coreia do Sul. “Fizemos um levantamento de práticas que já estão sendo adotadas

em universidades, no Brasil e no mundo, e classificamos cada uma dessas práticas”, contou a superintendente.

Para escolher as instituições brasileiras foi utilizado o Ranking Universitário Folha de 2019, de onde foram selecionadas as dez universidades federais mais bem colocadas, como as universidades de Minas Gerais (UFMG), do Rio Grande do Sul (UFRGS) do Paraná (UFPR) e a Universidade de Brasília (UnB). Foram acrescentadas à lista a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e outras instituições federais situadas na mesma região que a UFRJ. “A partir daí nós fizemos uma pesquisa por documentos dessas instituições que tratassem de práticas adotadas durante o período de pandemia”, contou Fátima. “Foi um trabalho bastante complicado, porque a maioria delas não tinha essas publicações consolidadas e agrupadas por temas. Esse trabalho foi feito por nós, que classificamos as publicações dentro de 21 temas”, explicou.

O resultado do trabalho é um documento de 69 páginas dividido por temas como biossegurança, monitoramento permanente da doença, assistência aos alunos e mobilidade. Segundo Fátima os 21 temas agora devem ser agrupados e tratados por subgrupos dentro do GT. Mas o maior avanço para ela foi a reunião de todas as informações sobre o tema em um único lugar. “Acredito que a UFRJ seja a universidade no Brasil onde esse trabalho de catalogação esteja mais avançado, porque nas nossas fontes de pesquisa a informação estava muito pulverizada”, contou. “A universidade vai ter todas essas informações reunidas em um site”, contou.

# Conselho da pós-graduação adia votação do calendário

> Conselheiros avaliaram que ainda não estavam suficientemente esclarecidos para aprovar um retorno que atendesse às particularidades de todos os programas de pós-graduação e pesquisa

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Por apenas um voto de diferença – 11 x 10 – o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) adiou para o dia 19 de junho a votação do calendário acadêmico para a pós-graduação. A ideia é que ao longo da semana os conselheiros discutam junto aos seus programas e Centros a proposta apresentada pelo GT Calendário, no dia 5. E que apresentem alternativas, caso as datas não atendam às necessidades dos programas. A maior parte dos conselheiros entendeu que o CEPG ainda não estava suficientemente esclarecido para decidir o calendário. A preocupação é que a proposta seja o mais inclusiva possível.

Esta é a segunda vez que o CEPG adia a decisão. Na semana passada havia uma expectativa de que o colegiado aprovasse as datas propostas pelo grupo de trabalho que debateu o tema. Mas ainda havia muitas dúvidas sobre a adequação dos programas de pós às datas previstas de reinício letivo. E, principalmente, de condições de acesso remoto aos estudantes. A discussão foi retomada neste dia 12, porém não se chegou a um consenso sobre excepcionais.

“O tempo que estamos destinando a esta reflexão ainda é insuficiente. Uma semana não me parece criar prejuízo”, defendeu a professora Hebe Signorini Gonçalves, representante do CFCH. “Acredito que aprovarmos agora, sem antecipar os eventuais problemas que poderão surgir, pode nos trazer maiores prejuízos”, afirmou.

As aulas precisarão ser a distância, até que a universidade entenda que é o momento de retomar as atividades presenciais. Por enquanto, o plano é contar com o auxílio da administração central para dar acesso à internet para alunos que não tenham condições de acompanhar aulas online. A reitoria deve lançar na próxima semana um edital para aquisição de até dez mil chips para serem distribuídos entre alunos de graduação e pós. A expecta-



AULAS SERÃO A DISTÂNCIA até que a UFRJ entenda ser possível a retomada das atividades presenciais

tativa, segundo o vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha, é de que até o início de agosto esta distribuição seja realizada para permitir o reinício acadêmico do semestre.

Denise Freire, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, pediu o apoio da Associação de Pós-Graduandos para ajudar a mapear os estudantes de mestrado e doutorado que necessitem da ferramenta para acesso às aulas remotas. “Esta parceria é fundamental para que a gente atenda quem realmente necessita e que a gente chegue a todos”, afirmou, durante a reunião do colegiado.

Por enquanto, as datas seguem o cronograma proposto pelo GT, adiantando na edição passada do **Jornal da AdUFRJ**.

Para programas semestrais, o primeiro período de 2020 se estenderá de 3 de agosto

à 14 de novembro; o segundo período, de 30 de novembro a 27 de março de 2021. Programas trimestrais, que têm, em geral, cargas horárias maiores, precisarão iniciar mais cedo o primeiro período de 2020: em 6 de julho, com término previsto para 3 de outubro. O segundo período acontecerá de 13 de outubro a 16 de janeiro de 2021.

A proposta sugere que o terceiro período aconteça em concomitância com os cursos de verão promovidos por esses programas: de 1º de fevereiro a 24 de abril de 2021. Já os bimestrais, que possuem, portanto, quatro períodos dentro do ano letivo, teriam a seguinte divisão: 2020.1 iniciaria em 3 de agosto, com término em 19 de setembro; 2020.2 seria realizado entre 28 de setembro e 19 de novembro; 2020.3, entre 30 de novembro e 30 janeiro; o

último bimestre ficou previsto para 08 de fevereiro a 1º de abril de 2021. Pelo planejamento apresentado, o calendário da pós-graduação deve ser normalizado a partir de março 2022.

Apesar da decisão, muitos conselheiros consideraram que o adiamento em mais uma semana causa mais prejuízos à pós-graduação. O professor Bruno Diaz, representante do CCS, defendeu que as datas já haviam atingido um nível de consenso importante no colegiado e que ficasse para depois somente a discussão – e eventual aprovação – de resoluções auxiliares que tratassem de casos excepcionais. “Este conselho sempre esteve aberto a discussões. Não vejo que aprovar o calendário hoje inviabilizará a continuidade dos debates”.

## NA COPPE, O TRABALHO JÁ COMEÇOU

No espírito de compartilhar informações e experiências, o diretor da Coppe, Romildo Toledo, que faz parte do grupo de trabalho, pretende compartilhar a experiência que o instituto tem tido no planejamento da volta ao trabalho.

“A Coppe já tem um GT de pós-pandemia trabalhando há pouco mais de um mês”, contou o diretor. “Estamos trabalhando pensando em medidas para o retorno do corpo social, considerando os ambientes administrativos, os ambientes de pesquisa e as áreas de circulação e uso comum”, disse.

A Coppe está repensando o espaço no prédio em que ela funciona, de maneira que uma eventual volta às atividades presenciais possa ser feita com segurança. “Esse planejamento é feito tanto para os aspectos sanitários do que fazer, como a disponibilização de álcool em gel, barreiras de acrílico para setores de atendimento ao público e disponibilização de EPIs”, explicou Romildo. “Também estamos pensando no número de usuários por sala, para evitar aglomerações. No que diz respeito aos laboratórios estamos avaliando os planos de trabalhos acadêmicos dos alu-

nos, ouvindo os usuários e vendo a necessidade que cada um tem de usar os equipamentos, para tentar montar uma escala de acesso. A ideia é desaglomerar”.

O estudo está mais avançado na Coppe, e pode servir de parâmetro para outras unidades da UFRJ, considerando, claro, as diferenças que existem entre elas. Mas de forma alguma isso representa uma volta às atividades presenciais. Não enquanto não houver uma garantia de segurança dada pela ciência. “A volta tem que ser segura. Nós não vamos ficar pressionados para uma volta em risco. Não

vamos voltar enquanto os indicadores de contaminação estiverem altos”, disse Romildo.

A preocupação com o modelo de retorno não é exclusivo da UFRJ. Na semana passada a reitora Denise Pires assinou, em conjunto com outras dez instituições de ensino do estado, o “Manifesto das instituições federais e estaduais de educação do Rio de Janeiro em defesa da autonomia institucional na condução das atividades acadêmicas durante a pandemia”, que defende que as instituições devam continuar mantendo o isolamento social, uma vez que

o Rio de Janeiro ainda não chegou no pico de contaminação da covid-19.

Na reunião do GT que aconteceu no último dia 5, Denise esteve presente e explicou o papel do GT para a UFRJ e para a comunidade educacional do Rio de Janeiro. “Assumimos nosso protagonismo quando criamos o GT Coronavírus, e fomos seguidos por outras instituições. Agora temos este GT de pós-pandemia, e eu espero que todas nos acompanhem, e esses grupos de trabalho possam conversar entre si, se articulando de forma inteligente”.

## REITORIA MAPEIA QUEM PODE SE FORMAR COM AULAS VIRTUAIS

LUCAS ABREU  
lucas@adufrrj.org.br

A UFRJ tem hoje pelo menos 1.476 alunos em condições de se formar, considerando o primeiro período de 2020. Para que os estudantes concluam os cursos, a instituição precisa ofertar 536 disciplinas teóricas. Os dados foram apresentados pela reitoria ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), no dia 10. Foram excluídos do levantamento os cursos que dependem de aulas práticas e estágio. A apresentação fez parte do debate sobre a volta às aulas em meio virtual, durante a pandemia.

A pesquisa foi conduzida pelo professor Bruno de Paula, do Núcleo de Ensino

à Distância (NEaD), da Pró-reitoria de Graduação. Após uma reunião virtual com representantes de 126 dos 172 cursos de graduação, os coordenadores e diretores de ensino de graduação dos cursos receberam um e-mail pedindo as seguintes informações: quantos alunos se formariam com a oferta de disciplinas teóricas. Os dados foram apresentados pela reitoria ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), no dia 10. Foram excluídos do levantamento os cursos que dependem de aulas práticas e estágio. A apresentação fez parte do debate sobre a volta às aulas em meio virtual, durante a pandemia.

A pesquisa foi conduzida pelo professor Bruno de Paula, do Núcleo de Ensino



número de possíveis formandos, mas se posicionou afirmando que prefere ofere-

cer disciplinas remotas para todos os alunos, não apenas para os concluintes. A justificativa também foi usada pela Escola Politécnica para não informar nenhum dado, de acordo com Bruno de Paula.

Depois da apresentação da PR-1, o CEG debateu a liberação ou não das aulas remotas para os formandos. Alguns representantes discentes defenderam a oferta de aulas remotas, mas com algumas condições, como garantir aos estudantes equipamentos eletrônicos e acesso à internet, posição defendida pelo DCE em nota publicada na semana passada.

Como a pauta da reunião não previa uma deliberação sobre o tema, a discussão deve voltar na próxima sessão do colegiado.

## ADUFRJ NA QUARENTENA 🕒

## MARCHA DA CIÊNCIA

## VIVA O SUS, DEFENSOR DA VIDA

LIZ MOTA ALMEIDA  
e KIM QUEIROZ

comunica@adufrrj.org.br

Vida, saúde, solidariedade, meio ambiente, ciência e educação. Estes foram os pilares da Marcha Virtual Pela Vida, que reuniu mais de 500 entidades e movimentos sociais — a AdUFRJ, entre elas —, em 9 de junho. A programação do evento contou com transmissões ao vivo pelas redes sociais, debates, atividades culturais e um tuitaço. As hashtags #MarchaPelaVida e #FrentePelaVida alcançaram a quarta posição entre os assuntos mais comentados no Twitter nacional.

Outra iniciativa de sucesso da Marcha foi a utilização do aplicativo francês Maniff. app. Pela ferramenta, é possível posicionar o avatar em um mapa virtual para demonstrar apoio a uma causa. E mais de seis mil pessoas utilizaram o Maniff.app ao longo do dia. Para a médica e professora da UFRJ Lígia Bahia, a Marcha foi uma oportunidade de articulação nacional num momento muito difícil para a Ciência. “A manifestação virtual permitiu uma maior unidade e, também, encontrar pontos em comum nos problemas concretos que a área de Ciência e Tecnologia está enfrentando”, afirmou a ex-diretora da AdUFRJ.

Um dos consensos da iniciativa foi a defesa do Sistema Único de Saúde. “Não dá para imaginar enfrentar essa pandemia sem o SUS”, afirmou um dos convidados ilustres da Marcha, o médico Dráuzio Varella. “Quando falamos de distribui-



ção de renda no Brasil, citam o Bolsa Família. Mas ele é uma pequena ajuda comparado ao orçamento do SUS”, disse. “O SUS é o grande programa de distribuição de renda, que permite defendermos a vida dos brasileiros agora”, completou. Dráuzio observou que o sistema de saúde sofre com problemas de financiamento e gestão. Mas ressaltou as qualidades apre-

sentadas no combate ao novo coronavírus. “Nessa hora, vemos a agilidade do SUS e como foi possível abrir leitos e unidades de pronto atendimento”. O médico encerrou sua participação na Marcha com um apelo: “Que fique essa missão para quando tudo isso acabar. Devemos confiar no sistema único de saúde, pois é com ele que todos nós contamos, no final das contas.

O SUS é quem defende nossas vidas, dos indígenas do Norte até o Rio Grande do Sul”.

O professor Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um dos idealizadores da Marcha, defendeu a máxima de que todas as vidas importam. “Vidas negras importam, vidas de quaisquer etnia, gênero e classe social importam e muito”. A Frente pela Vida — que realizou a Marcha — surgiu como um movimento de organização da sociedade civil brasileira para enfrentar a crise. “Estamos cansados de ouvir discursos, e a população continuar morrendo sem assistência médica adequada.”

Moreira acredita que o fortalecimento do SUS é imprescindível nesse quadro de pandemia atual. Guinar Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), foi mais um representante da Frente pela Vida a reverenciar o SUS. “Para mostrar que o SUS é capaz de dar essa resposta, precisamos da união de todos, de muita solidariedade e, sobretudo, cobrar ao Estado o dever dele de garantir a saúde para todos e todas”.

**CIÊNCIA EM DEBATE**

Na manhã do dia 9, como atividade local da Marcha, a SBPC e a AdUFRJ promoveram o debate “Ciência e Realidade” mediado por Luana Meneguelli Bonone, da Associação de Pós-graduandos (APG). Richardis Martins, professor do NEPP-DH da UFRJ, destacou o impacto dos discursos políticos sobre a sociedade. “Temos uma produção discursiva de líderes públicos que nega e minimiza

os impactos da Covid-19 no interior da sociedade brasileira”, afirmou. “Essa orientação normativa vai ter impacto direto sobre determinados grupos sociais”, completou.

Na análise da professora Liv Sovik, da Escola de Comunicação da UFRJ, somente o conhecimento pode contribuir para solucionar a violência que predomina nos discursos, lares e ruas do país. “Vamos ler para salvar vidas. Vamos ler para aumentar o nosso conhecimento”, ponderou. A leitura, de acordo com a professora, é um caminho para combater a crise de empatia, pois “ela nos ajuda a entender o outro”.

O debate abordou recortes raciais, sociais, de gênero e de sexualidade. Jaqueline Gomes de Jesus, professora de psicologia do IFRJ, ressaltou os desafios que a pandemia potencializa. “Estamos falando de um projeto de nação eugenista. Pessoas pretas, periféricas e, principalmente, transsexuais, não têm acesso a nenhum tipo de apoio. É um projeto intencional de exclusão dessas vidas e corpos”, declarou.

Viviane Salles, da Frente CDD (Cidade de Deus) Contra a Covid-19, avaliou o uso das redes sociais pelas populações mais vulneráveis. “É importante termos em mente o papel relevante dos comunicadores comunitários neste momento”, observou. Ela vê um movimento valioso emergindo nas periferias. “O que está acontecendo é o nascimento de uma nova ciência, a ciência da favela”, afirmou. “A própria favela está criando ferramentas científicas, de análise e de ação, em diálogo com as demandas reais e sociais”, completou a socióloga.

## Damares lança cruzada contra anistias políticas

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

A ministra Damares Alves abriu uma nova trincheira contra os direitos humanos. Ela publicou no Diário Oficial da União, dia 8, um conjunto de portarias para anular 295 anistias concedidas a ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB), perseguidos pela ditadura militar (1964-1985). A medida é contestada por especialistas da UFRJ. “Esse é um precedente grave para as anistias já concedidas”, avalia Maria Paula Nascimento Araujo, titular do Instituto de História e ex-diretora da Adufrrj. “Os militares sempre tiveram dificuldade em reconhecer que houve vários casos de perseguição dentro da corporação. E sempre alegam questões de disciplina e hierarquia para negar o caráter político das ações”.

A docente coordenou, com outros pesquisadores, o projeto Marcas da Memória, sobre a repressão no Brasil. O trabalho colheu, por quatro anos, depoimentos. “Esses cabos eram pessoas de origem popular que viam na carreira militar uma possibilidade de ascensão social. Não eram militantes políticos, organizados em partidos de esquerda. Mas tiveram a vida desestruturada pela não adesão imediata ao golpe”, explica. Ela e outros especialistas em ditaduras no Brasil e na América Latina assinam uma nota pública de repúdio ao retrocesso na política de anistia (leia abaixo).

Francisco Carlos Teixeira, também titular do IH, destaca



Os militares sempre tiveram dificuldade em reconhecer que houve vários casos de perseguição dentro da corporação

MARIA PAULA  
NASCIMENTO ARAUJO

Professora titular do Instituto de História e ex-diretora da Adufrrj

que os militares foram os mais atingidos enquanto categoria. “Foram os mais cassados, o maior número de baixas”, diz o historiador. E afirma: “Antes de 1964, as forças militares eram compostas por muita diversidade. Havia nacionalistas, liberais, conservadores, pessoas de esquerda dentro do grupo. A primeira coisa que o grupo que assumiu o poder fez foi uma limpeza ideológica em todos os níveis, da baixa patente até almirantes”.

Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) - divulgado em 10 de dezembro de 2014, 6.591 militares foram presos, torturados ou

processados pela ditadura militar (1964-1985). E a Aeronáutica foi a força com maior número de perseguidos pelo regime: 3.340.

**CONTROVÉRSIA JURÍDICA**

O argumento do governo para suspender as anistias é que haveria “ausência de comprovação da existência de perseguição exclusivamente política no ato concessivo”. E ele se apoia em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), realizado em outubro de 2019, que indicou ser constitucional a possibilidade de revogação das anistias. A decisão do Supremo, à época, teve votação apertada de seis votos a cinco. E, agora, suscita

diferentes interpretações. A ministra da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro afirma que a portaria de 1964 que desligou o grupo de militares teria sido um ato meramente administrativo. Pois os ex-oficiais não teriam comprovado perseguição política.

Mas, para a procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga, por exemplo, a decisão do Supremo tem sentido inverso, cabendo ao Estado a obrigação de provar que os atos de exceção não tiveram, de fato, motivações políticas. A ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos defendeu o ponto em uma live, realizada na terça-feira (9), destacando que o caso é expressamente citado na lei de Anistia.

A Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, prevê entre anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política foram “impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5”.

Damares também sinalizou, no início da semana, a intenção de dissolver a Comissão de Anistia — responsável por analisar os processos de pedidos de anistia — até o final do ano que vem. Em 2019, os processos aprovados pela comissão que aguardam uma manifestação da ministra ultrapassa 11 mil solicitações pendentes. O número não inclui as solicitações de revisão.

## SEXTOU

## MARKETING DE FAKE NEWS

LIZ MOTA ALMEIDA

comunica@adufrrj.org.br

“O marketing é agora um instrumento de controle social”. O “agora”, da frase do filósofo francês Gilles Deleuze fazia menção à década de 50. Mas, para a professora Liv Sovik, da Escola de Comunicação, a constatação permanece atual. No dia 5, a docente discutiu publicidade e política no Tamo Junto — um bate-papo virtual organizado pela AdUFRJ.

Liv, que possui pesquisas no campo dos estudos culturais, apresentou um ângulo publicitário sobre os acontecimentos recentes no Brasil. “A pandemia seria um momento excelente



para defender o SUS. Se houvesse um bom marketing ajudando, seria diferente. Infelizmente, o governo Bolsonaro não adotou essa postura”, lamentou a professora. Em vez disso, preferiu usar a comunicação como forma de alienação da realidade, divulgando fake news sobre o vírus e omitindo os dados oficiais de

contaminados e mortos.

Liv enxerga a mídia esfera — cada esfera específica de mediação, transmissão e transporte de mensagens simbólicas na sociedade — como um sistema em que o sucesso se mede pelo dinheiro, cargo ou visibilidade. E destacou a importância de atuação nestes espaços: “A cultura é um lugar de educação política”, afirma.

**PARTICIPE**

Apesar do isolamento social, ainda é possível sentir o gostinho da troca de ideias que caracteriza a universidade. Aqui se toda sexta-feira, a AdUFRJ promove o virtual “Tamo Junto”, com um tema diferente.

## CINE AdUFRJ

**Cine debate AdUFRJ/GEM**

**O UNIVERSO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR**

10/06 (18h30): A lente sobre a Contemporaneidade

f: cineAdUFRJ  
@: @cineAdUFRJ  
gem@letras.ufrj.br

organização: gEM  
apoio: AdUFRJ

**JOSUÉ DE MEDEIROS**, docente do IFCS e diretor da AdUFRJ, foi o convidado da segunda sessão temática do CineAdUFRJ sobre o universo do trabalho. A primeira, em 27 de maio, tratou da sociedade industrial. “Na sessão passada, vimos uma história que já acabou. Mas o trabalho não acabou. Estamos no meio do furacão dessas novas relações que os filmes tentam apresentar”, afirmou.

## NOTA DE HISTORIADORES CONTRÁRIOS À ANULAÇÃO DAS ANISTIAS

Somos historiadores/as que estudamos o processo político contemporâneo do Brasil e da América Latina. Temos estudado a difícil transição do Brasil de uma ditadura militar para um regime democrático. Nesta transição algumas questões são fundamentais, entre elas, a implementação de medidas de justiça transicional e de políticas de memória, sempre com o objetivo de reparar as vítimas, revelar a verdade factual, garantir a não repetição das violações aos direitos huma-

nos e construir um novo pacto republicano. Com avanços e recuos, o país seguiu este caminho, apoiado nos trabalhos de algumas instituições importantes: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (criada em 1995), a Comissão de Anistia (criada em 2001) e a Comissão Nacional da Verdade (instituída em 2012). Vimos, portanto, com grande preocupação, a anulação de quase 300 anistias concedidas a cabos da Força Aérea Brasileira (FAB).

Sabemos que, historicamente, cabos, sargentos e militares de baixa patente têm enormes dificuldades de obterem anistia, pois sempre se alega que as punições que lhes foram impostas não foram por motivos políticos e sim por questões referentes a atos de indisciplina, quebra de hierarquia ou simples questões trabalhistas. Justamente o que está sendo alegado no caso presente.

Essas alegações costumemente ignoram que a quebra de hierarquia militar e as reformu-

lações de relações trabalhistas foram repetidamente instrumentalizadas para camuflar as pressões internas, perseguição e violências imputadas aos militares que não apoiaram o golpe de 1964.

Essa ocultação da perseguição política por meio de estratégias burocráticas apareceu em diversos materiais coletados pelas comissões da verdade, pela Comissão de Anistia e pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no decorrer dos anos. Enfatizando,

inclusive, a existência de casos de humilhação, tortura e até morte entre os cabos e militares de baixa patente das Forças Armadas Brasileiras.

Parece-nos que a anulação destas anistias resulta em injustiça para com os militares em questão. Além disso, cria um perigo precedente de revisão de direitos conquistados por perseguidos e perseguidas políticos/as e que ameaçam a continuidade das políticas de memória, verdade e justiça de nosso país.

Alessandra Gasparotto (UFPE) Ana Carolina da Cunha Borges Antão (mestra pela Focruz) Anderson da Silva Almeida (UFAL) Andrea Casa Nova (UFRJ) Angela de Castro Gomes (UFF, UNIRIO) Angela Moreira Domingues da Silva (FGV) Antonio Montenegro (UFPE) Carla Simone Rodeghero (UFRGS) Carlos Eduardo Malagutti Camacho (doutorando na UFRJ) Caroline Silveira Bauer (UFRGS) Clarice Gontarski Speranza (UFRGS) Daniel Aarão Reis (UFF) Dante Guimarães Guazzelli (SMEC - Porto Alegre) Débora Strieder Kreuz (UESPI) Denise Rollemberg (UFF) Denise Reis (doutoranda na UNIRIO) Diorge Alcenor Konrad (UFSM) Dulce Pandolfi (Univ. da Cidadania/UFRJ) Eduardo Stotz (Focruz) e Presidente da CMVP (2016-2018) Elson Luiz M T da Silva (mestre pela UNIRIO) Evandro Jose Braga (professor na SEE SP) Fernanda Abreu (doutoranda na PUC-RJ) Gislene Lacerda (doutora pela UFRJ) Glenda Gathe Alves (mestra pela UFRJ) Isabel Cristina Leite (pós-doutoranda na UFPA) Izabel Pimental (UERJ-FFP/UFRJ) Jean Rodrigues (UFRJ) Jessie Jane Vieira de Souza (UFRJ) Joana Maria Pedro (UFSC) João Roberto Martins Filho (UFSCar) João Teófilo (doutorando na UFMG) Lays Correa da Silva (doutoranda na UFRJ) Lineker Noberto (UNEB) Lucas Pedretti (doutorando no IESP/UERJ) Lucileide Costa Cardoso (UFBA) Luiz Paulo Ferraz (pós-doutorando na Brown University) Marcelo Ridenti (UNICAMP) Marcos Napolitano (USP) Maria Cecilia de Oliveira Adão (Claretiano - Centro Universitário) Maria Paula Nascimento Araujo (UFRJ) Mariana Joffily (UDESC) Mariluci Vargas (pós-doutoranda na UFRGS) Marina Mesquita Camisasca (doutoranda na UFMG) Mateus Gamba Torres (UnB) Miriam Hermeto (UFMG) Paula Franco (doutoranda na UnB) Paulo César Gomes (UFF) Paulo Fontes (UFRJ) Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) Samantha Quadrat (UFF)

# Frente ampla começa com combate à pandemia

> Coppe discutiu os impasses políticos do país e as alianças pela democracia com o governador do Maranhão, Flávio Dino; o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz; e o ministro Gilmar Mendes

ELISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufjr.org.br

Um acordo mínimo em relação às medidas de combate à pandemia da Covid-19 pode canalizar as insatisfações de diferentes matizes ideológicas contra o atual governo. É o que indica a troca de ideias entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B-MA) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, promovida pela Coppe, no domingo (7).

No foco, a defesa do Sistema Único de Saúde, a renda mínima e o respeito ao pacto federativo. O debate virtual recebeu mais de 47 mil visualizações e 5,7 mil comentários do público. “A pandemia coloca acima de tudo a questão da saúde”, avaliou o mediador do debate, professor Luiz Pinguelli Rosa.

“A pandemia deixa expostas as fraturas da nossa sociedade, as más condições sociais que aprendemos a tolerar, conviver e, de alguma forma, incentivar a existência”, considerou o Ministro do Supremo, Gilmar Mendes. Como exemplo, ele destacou as “péssimas condições sanitárias” da população mais pobre e a “insuficiência dos cadastros” do Executivo. “São os invisíveis que, de tão pobres, se perderam do cenário”, criticou.

O ministro do STF defendeu o Sistema Único de Saúde (SUS) e a renda básica, além da universalização dos sistemas de fornecimento de água e saneamento básico. “O quadro pós-pandemia tem toda essa carga de tragédia, mas a Covid tam-

bém nos deu a oportunidade de nos reencontrar com o Brasil profundo”, disse. E frisou a atuação do Supremo para garantir aos estados o protagonismo nas ações contra a pandemia.

Para Flávio Dino, uma frente ampla em favor da democracia “não é uma opção, é um imperativo” e “o tema da saúde é premente”. Em sua visão, a defesa do SUS reforça a agenda federativa. “O que é o Sistema Único de Saúde senão um arranjo federativo que limita árbitros do poder central?”, argumentou durante o debate. Mais à esquerda do Ministro do Supremo, ele acrescentou à lista de demandas democráticas uma reforma tributária distributiva e o socorro ao pequeno comércio.

Provocado por uma pergunta do público, o governador do Maranhão descartou um ensaio eleitoral para 2022. “Articulações políticas são sempre possíveis, mas a frente não é palanque eleitoral”, afirmou. Flávio Dino pediu “mais leveza” no tema. “Uma frente ampla pela democracia não é cartorial, não tem um programa no TSE. Mas ela tem uma identidade comum”, advertiu. E enfatizou: “Temos legiões de brasileiros sofrendo muito”.

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, também advogou pelo foco na crise sanitária. “Não podemos reproduzir de forma incoerente um discurso político que não leve em conta o isolamento”, avaliou. Segundo ele, a Ordem aguarda o retorno às atividades presenciais do Congresso para encaminhar denúncias contra o presidente Jair Bolsonaro. “Verificamos denúncias graves de aparelhamento da Polícia Federal. Uma discussão que não pode ser feita



FLÁVIO DINO observou que uma frente ampla em favor da democracia “é um imperativo

**COPPE UFRJ**

**O BRASIL após a Pandemia**

FORUM Virtual COPPE/UFRJ

Coppe solidária e produtiva no combate ao Coronavírus

**14** de junho **18h**

**Crise na saúde e o SUS**

Luiz Henrique Mandetta  
Carlos Graboís Gadelha  
Antonio Carlos Campos Carvalho  
Roberto Medronho  
Mediador: Luiz Pinguelli Rosa

Arçista ao vivo:  
[www.facebook.com/coppe](http://www.facebook.com/coppe)

Doe para os Hospitais da UFRJ: [coronavirus.ufrj.br/DOE](http://coronavirus.ufrj.br/DOE)

por telepresença”, relatou.

Sobre o Brasil pós-pandemia, Santa Cruz acrescentou uma reflexão sobre comunicação e democracia, destacando a atu-

ação de “milícias digitais” com capacidade de produzir “fatos próprios que não dizem respeito à realidade”. Informações falsas sobre os riscos da pandemia ou

benefícios da cloroquina foram citadas.

O advogado sugeriu mais diálogo com as camadas mais desfavorecidas da sociedade, sobretudo, a juventude: “É fácil falar sobre as vantagens democráticas com as classes A e B. Mas é difícil trazer para essa luta setores que não conhecem isso”.

## CRISE NA SAÚDE

A Coppe promove neste domingo, 14, mais um debate do fórum virtual “O Brasil após a pandemia”. Com o tema “A crise na Saúde e o SUS”, o evento terá a participação do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS); e o professor Carlos Graboís Gadelha, da Fiocruz; e o professor Antônio Carlos Campos de Carvalho, do Instituto de Biofísica; e o professor Roberto Medronho, da Faculdade de Medicina e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, ambos da UFRJ. O evento será transmitido ao vivo na página da Coppe no Facebook, a partir das 18h.

Um dos primeiros atos da administração foi derrubar uma porta de aço que Vilhena havia instalado na entrada do

PERFIL CARLOS LESSA (1936-2020) EX-REITOR DA UFJR E EX-PRESIDENTE DO BNDES

DIVULGAÇÃO

# AS MÚLTIPLAS FACES DE UM APAIXONADO PELO BRASIL

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

Um professor único, adorado pelos alunos. O reitor que recuperou a institucionalidade da UFRJ após uma intervenção do MEC. O homem elegante, que seduzia pela palavra. O colecionador compulsivo que divertia a família. Mas, acima de tudo, um apaixonado pelo Brasil e sua gente. Estas eram algumas das características de Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, mérito da universidade que nos deixou no dia 5, vítima do novo coronavírus, aos 83 anos.

Vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha se recorda de Lessa como um brasileiro que dava valor à nação. “Era um traço constitutivo da personalidade dele”, afirma. “O que ele fazia no curso era uma coisa única: misturava elementos da cultura brasileira com elementos da economia”, diz. Não à toa, as aulas e palestras do mestre eram disputadas pelos estudantes que, com muita frequência, o escolhiam patrono ou paraninfo.

No período em que assumiu a reitoria (2002-2003), Lessa criou o bloco de carnaval da UFRJ, o Minerva Assanhada. O atual vice-reitor atribui a iniciativa ao amor pela cultura nacional. “Ele entendia o samba como um elemento essencial da cultura brasileira e que, portanto, devia se expressar dentro da universidade”.

Mas nem só de samba viveu a gestão. Pró-reitor de Pessoal daquela reitoria, o professor Luiz Afonso Mariz considera o antigo chefe o responsável pela retomada institucional da UFRJ. Lessa ficou à frente da instituição logo em seguida à reitoria de José Henrique Vilhena (1998-2002), um interventor nomeado pelo MEC.

Um dos primeiros atos da administração foi derrubar uma porta de aço que Vilhena havia instalado na entrada do

gabinete da reitoria para afastar os opositores. “Qual foi o significado disso? É que não poderia mais ser assim. As pessoas precisam ter acesso ao poder central”, observa Luiz Afonso.

O ex-pré-reitor também chama atenção para o extraordinário poder de persuasão do saudoso amigo. Sozinho, Lessa convenceu o Conselho Universitário a ceder dez vagas de concurso, raríssimas naquela época, para a Faculdade Nacional de Direito, que atravessava uma enorme crise institucional. “Tenho certeza de que o passo mais importante para o renascimento da faculdade foi dado por Lessa naquele momento”.

A sedução pela palavra também era exercitada no convívio com os mais próximos. Certa vez, conta Luiz Afonso, Lessa lhe disse que poderia ser o “chanceler da UFRJ”. Mas completou em seguida: “Falta-lhe uma gravata”. Era a senha para dizer como seus pré-reitores deveriam se vestir. “Nós andávamos de camisa social. Mas, a partir de então, passamos a usar gravatas”, lembra, divertido. “Ele andava impecavelmente vestido”.

As gravatas e os suspensórios apontavam para um lado menos conhecido do ex-reitor: o de colecionador compulsivo. Quem conta é o filho Rodrigo Lessa: “Você abria o armário e parecia o arco-íris. Eram gravatas de todas as tonalidades. E tudo separado, das monocromáticas às com bolinhas”.

O pai também era um colecionador de arte chinesa. Mas o excesso de peças espalhadas pela casa se tornou motivo de broncas da esposa. Para disfarçar as compras, Rodrigo revela que o pai usava os amigos, que levavam “presentes”. Entre selos, pedras, aves e até moluscos, Carlos Lessa transformava o cotidiano da família. “Acho que era a maneira de esvaziar a cabeça. Funcionava como uma terapia para ele”.

Rodrigo reforça o lado do pai apaixonado pelo Brasil. Esta teria sido uma das razões que o levaram a escrever o livro “O Rio de Todos os Brasis”. “A hipótese era que o Rio explicava o Brasil”, Rodrigo acrescenta que a obra será reeditada este ano pelo Instituto Pereira Passos.



CARLOS LESSA foi um estadista apaixonado pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil

nado pelo Brasil. Esta teria sido uma das razões que o levaram a escrever o livro “O Rio de Todos os Brasis”. “A hipótese era que o Rio explicava o Brasil”, Rodrigo acrescenta que a obra será reeditada este ano pelo Instituto Pereira Passos.

“Mas ele descobre depois que Minas Gerais explica o Brasil, por causa do ouro que ficou no país”. Segundo Rodrigo, a história estava sendo desenvolvida em um livro que o pai não chegou a concluir.

A professora emerita Maria da Conceição Tavares, colega do ex-reitor desde 1957, registra que “Carlos Francisco era um grande brasileiro e apaixonado pelo seu povo”. Uma paixão que, segundo o professor Fábio Sá Earp, justificaria a abrupta saída de Lessa da reitoria da UFRJ, no início de 2003, para a presidência do BNDES. “Ele tinha um espírito público muito grande. Lessa entendia que presidir o BNDES teria um impacto nacional”.

E transformar o Brasil pela política econômica sempre foi seu desejo maior.

“Ele tinha esta mensagem: a história é produto da vontade humana e a política econômica é por onde esta vontade se expressa”.

O livro “Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista”, escrito com Antonio Barros de Castro e publicado em 1979 — um sucesso de vendas —, já carregava este conceito. “Hoje, os livros de introdução à economia são mais sofisticados, mas, naquela época, não havia nenhum livro que desse uma visão global da economia como aquele”, afirma Fábio.

O professor do Instituto de Economia demonstra com um exemplo simples como Lessa estava à frente do seu tempo. Antes de ser presidente do BNDES, o ex-reitor foi diretor do banco na década de 80. “Os primeiros financiamentos em economia ambiental foram conduzidos pelo Lessa. Foi a primeira pessoa a financiar usinas de lixo”, diz Fábio. “As pessoas achavam que ele era maluco. A questão ecológica levada a sério é uma herança que nos deixou”, completa.

## O LESSA DE TODOS OS BRASIS!

ELEONORA ZILLER PRESIDENTE DA AdUFRJ

Todos nós temos muitas histórias para contar do professor Carlos Lessa. Do economista, do amigo, do mestre, do político... em qualquer chave, ele será sempre visto como o grande humanista, culto, inteligente e generoso. Tive a sorte de ser representante no Conselho Universitário quando ele conseguiu dar forma e voz à mobilização da UFRJ contra nomeação do Vilhena pelo então ministro Paulo Renato. Naqueles tempos, o bom mesmo era chegar antes da sessão começar para ouvi-lo um pouco mais, pois estava sempre entre os primeiros a chegar, e em torno dele nos reuníamos para aprender alguma coisa de extraordinário sobre o Rio de Janeiro, o Brasil do século XIX, a política nacional, a vida cultural, enfim, um Midas da inteligência e interessante.

Alguns temas eram recorrentes, mas nada era tão divertido quanto a sua metáfora do restaurante a quilo, do sushi com feijão e farofa, para falar da nossa peculiar formação cultural. E sua insistência na necessidade de uma universidade brasileira pensar

os problemas brasileiros, investigá-los, e de ser capaz de propor soluções para sociedade, era uma pregação cotidiana. Mais de uma vez o vi reclamar dos sistemas de pontuação da CAPES e a supervvalorização da publicação em inglês e em periódicos estrangeiros. Nada a ver com algum tipo de nacionalismo rasteiro ou populista. A questão ali era a afirmação da necessidade de produzirmos conhecimento de alta complexidade sobre a nossa realidade e de encontrarmos em nossa língua a expressão máxima para expressá-lo. Era dessa forma que se mantinha remando contra a maré do senso comum, atacando a tecnocracia subalternizada e cobrando um posicionamento institucional de ampla responsabilidade. Como ele nos faz falta hoje!

Depois, como Reitor, apesar do curto período de sua gestão, buscou movimentar as estruturas tão estanques e pouco articuladas da universidade. Ele queria reunir a pesquisa através de problemas comuns, de grupos que de modo interdisciplinar pensassem proposições concretas para

o Estado do Rio de Janeiro. Assim nasceu por exemplo, o programa UFRJ-Mar, reunindo inicialmente mais de 70 pesquisadores das mais diversas áreas para atuarem de forma solidária e articulada em torno dos problemas da costa fluminense e de suas baías. Era uma forma de atravessar as barreiras disciplinares e os muros departamentais, mobilizando a universidade em direção à vida nacional, se debruçando sobre questões necessárias e urgentes, criando redes de solidariedade para a produção do conhecimento.

Apesar de economista, sua visão ampla e interessada o fazia bem-vindo em qualquer fórum que se dedicasse a pensar a complexidade da formação social brasileira. Foi assim que o convidamos para participar de um evento em homenagem aos 40 anos de publicação do livro Formação da literatura brasileira, clássico da crítica literária de Antonio Candido. E sua intervenção confirmou o lugar e a importância desse livro, para figurar entre os mais importantes do século XX para a interpretação do país. Lembro como se fosse hoje

a forma entusiasmada com que comentou o livro e como seu olhar nos ajudou a sair das leituras tão conhecidas no âmbito da crítica literária.

Enfim, o professor Carlos Lessa era um desses grandes nomes que representam o que de melhor a nossa centenária universidade produziu. Ele figura em lugar de destaque naquele panteão de intelectuais em que concordar ou discordar de suas posições é o que menos importa. Ninguém permanecia o mesmo ao conviver com ele, e isso sim era o que contava.

Hoje não será a sua obra que nos faltará, pois ela está por aí, publicada, lida, criticada. Muitos são os economistas que honram o seu legado intelectual. O que sentiremos muita falta é desse seu amor incondicional pelo que somos e pelo que representamos como nação. Hoje estamos aviltados, desfigurados, destroçados e ridicularizados no cenário internacional. Que seu exemplo frutifique, que tenhamos força para derrotar o pior governo de nossa história e possamos voltar ao círculo virtuoso de construção nacional. Obrigada, Lessa, por tudo!

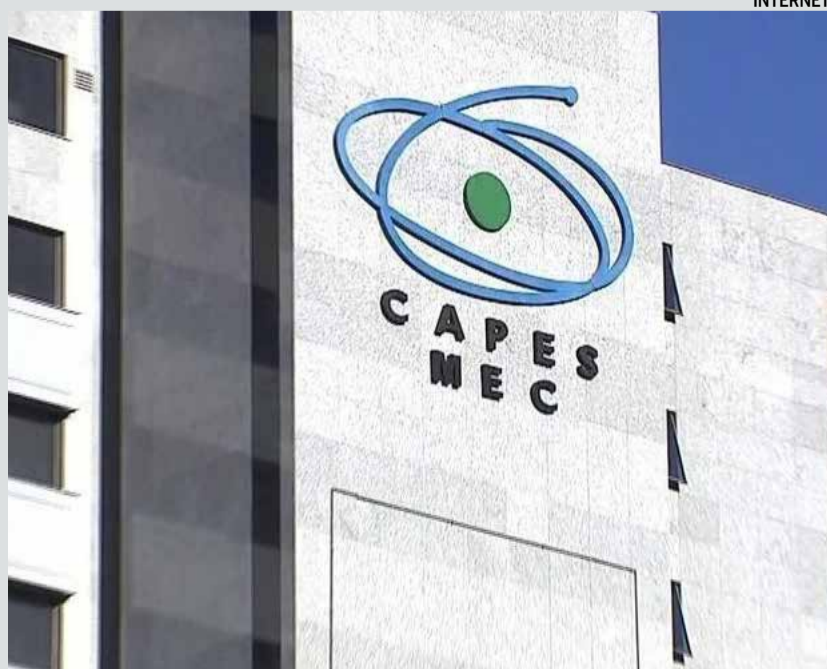
## NOTAS

### PROEX TAMBÉM PERDE METADE DOS RECURSOS

Os programas 6 e 7 também receberam pela metade as verbas PROEX. A justificativa da Capes para a liberação de apenas 50% do valor é que estão em estudo novas regras de distribuição desses recursos. As normas — que só devem ser apresentadas em julho — “vão corrigir distorções, valorizando os cursos melhor avaliados e com número maior de alunos”, informa a assessoria de imprensa à reportagem. De acordo com essas regras é que será distribuída a outra metade do orçamento.

### CAPES ENVIA METADE DAS VERBAS PREVISTAS DO PROAP

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) encaminhou ofício às universidades informando que enviou somente metade das verbas de custeio previstas para o Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). É a primeira vez na história que a pós-graduação recebe verbas PROAP no meio do ano. Normalmente, os programas recebem os valores entre março e maio. E também a primeira vez que recebe apenas a metade dos recursos. O restante deve ser liberado em setembro.



AGÊNCIA DE FOMENTO atrasou distribuição de recursos PROAP

### REITORIA AMPLIOU PRAZO DE INSCRIÇÃO NO PIBIC-PIBIT

As pró-reitorias de Graduação e de Pós-Graduação da UFRJ ampliaram até hoje, 13 de junho o prazo para inscrições no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UFRJ (PIBIC-PIBIT). A decisão aconteceu por problemas técnicos no sistema de inscrição para os dois programas. Apesar do adiamento nas inscrições, o resultado final do processo está mantido e deve ser divulgado a partir do dia 31 de julho.